

## **Programa de intervenção psicoeducacional para professores: A escola como espaço de proteção em casos de abuso sexual**

**Angela Torma Pietro, Maria Angela Mattar Yunes e Eliane Duarte de Lima**

Universidade Federal do Rio Grande/FURG, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mails: [angela.torma@gmail.com](mailto:angela.torma@gmail.com), [mamyunes@gmail.com](mailto:mamyunes@gmail.com), [e.nanny@hotmail.com](mailto:e.nanny@hotmail.com).

**Resumo:** A escola como importante microsistema apresenta cotidianamente impasses que requerem decisões distantes dos currículos e/ou das práticas pedagógicas de profissionais da educação. São casos de *bullying*, violência escolar e doméstica. Dentre as modalidades de violência, o abuso sexual é o fenômeno de maior complexidade, pois é permeado por “pactos de segredos” que dificultam e encobrem seus indícios. O presente artigo apresenta uma experiência de pesquisa e posterior intervenção com o objetivo de desenvolver um programa de reflexão junto aos professores das séries iniciais do ensino básico numa escola pública da periferia da cidade do Rio Grande/RS, Brasil. O programa teve como foco orientar os educadores para a construção de estratégias e atitude de denúncia que legitime o papel protetor do professor e da escola. A proposta foi idealizada com base na bioecologia de desenvolvimento humano e buscou promover interações dos integrantes do sistema familiar, escolar e comunitário focadas no bem estar dos educandos. A partir de um estudo exploratório foram elaboradas ações conjuntas com agentes sociais dos vários segmentos da rede de proteção à infância e juventude. Os resultados denotaram aceitação, a eficácia e o aspecto preventivo da intervenção e reiteram a necessidade deste tipo de proposta no contexto escolar.

**Palavras chave:** abuso sexual, intervenções positivas, violência doméstica, programa de intervenção.

**Title:** Psychoeducational intervention program to primary teachers: the school as a protective context in cases of sexual abuse.

**Abstract:** The school is an important microsystem that often presents dilemmas that require decisions which might be distant of the curriculums and/or pedagogical practices of the professionals. Those are cases of *bullying*, school and domestic violence. Among those expressions, sexual abuse is the phenomenon of greater complexity as it is involved by conditions of “silence” which make it difficult to be disclosed. The present article presents an experience of research and subsequent intervention to develop a program for primary teachers in a public school of the city of Rio Grande/RS, Brasil. The program aimed to focus on the orientation of the educators to build strategies to promote the disclosure and legitimate the role of protection of the teacher and school. This proposal was based on the bioecology of human development and aimed to promote interactions

among members of family, school and community systems focused on the well being of the students. After an exploratory study, joint actions were planned with social agents from different segments of protection of infancy and youth. The results showed acceptance, efficacy and a preventive aspect of this type of intervention which emphasizes the need of those proposals inside the school context.

**Keywords:** sexual abuse, positive interventions, domestic violence, programs of intervention.

### **Introdução**

A violência sexual é um problema social grave que envolve violação de direitos à uma vida digna, à vontade e às escolhas das pessoas. Imaginar crimes sexuais contra crianças e adolescentes provocam sentimentos de indignação, pois é consenso que tais situações podem deixar marcas físicas, psicológicas e sequelas que podem afetar o desenvolvimento social, afetivo, físico, emocional, intelectual e cultural das vítimas. Portanto, a violência sexual é um crime perverso e não pode ser entendida de forma linear. É preciso compreender as diversas dimensões, desde as históricas, culturais, sociais, psicológicas, sexuais e de poder (Faleiros, 2005). Assim como toda e qualquer forma de violência contra pessoas, ocorre por imposição e é exercida por ameaça ao outro (Faleiros, 2005). As formas de manifestação podem ser: a exploração sexual que possui um fim comercial e lucrativo (a produção e comercialização de materiais pornográficos e/ou o tráfico de crianças e adolescentes para práticas sexuais mediante pagamento); o voyeurismo que compreende a observação de atos ou de órgãos sexuais de outra pessoa; o exibicionismo que é uma exposição intencional com a intenção de chocar a vítima; a comunicação obscena de adultos por telefone com discursos sexualizados que geram ansiedade em crianças ou adolescentes; o abuso sexual verbal que se refere às conversas abertas sobre atividades sexuais incompatíveis com o desenvolvimento cognitivo e sexual de crianças e adolescentes. Podem ocorrer ainda: a exposição de vídeos pornográficos; o assédio sexual que são propostas de contato sexual numa posição de poder em relação a vítima, que é chantageada com ameaças, tentativas de relações sexuais, carícias nos órgãos genitais, masturbação, sexo oral e anal e o sadismo ou abuso sexual incluindo flagelação, torturas e surras.

No que se refere aos aspectos e definições legais, existem os tipos penais definidos como: estupro; estupro de vulnerável; violação sexual mediante fraude; corrupção de menores; satisfação de lascívia mediante presença de criança e/ou adolescente; favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável; mediação para servir a lascívia de outrem; maus tratos, opressão ou abuso sexual (Senado Federal, 2006); produção de representação pornográfica, utilizando criança ou adolescente; fotografar ou publicar cena de sexo envolvendo criança ou adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente, 2011). Todos estes crimes constituem tipos penais que possuem como elemento subjetivo o dolo e exigem prova de materialidade e autoria. Porém, a grande maioria dos casos de abuso sexual ocorre no recôndito do lar e com continuidade, apresentando dificuldades na produção de provas. Geralmente não há testemunhas e muitas vezes a

única prova existente é a palavra da pessoa vitimizada. Desta forma, a proteção da criança e/ou adolescente envolvido deve levar em conta todas as peculiaridades desta modalidade de violência, relevando-se os caminhos que podem levar a uma denúncia protetiva e os caminhos do pós denúncia, quando a criança/adolescente pode passar a transitar pela rede de atendimento.

### **Referencial teórico**

O modelo Bioecológico de desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1979; 1996; Bronfenbrenner e Morris, 1998) tem sido uma referência para a compreensão das complexidades do tema abuso sexual, pois privilegia os processos proximais, ou seja, as propriedades das relações e interações das pessoas em desenvolvimento em seus múltiplos contextos (Bronfenbrenner, 1979; 1996; Yunes, Miranda e Cuello, 2004). A compreensão sistêmica do modelo se dá a partir de quatro dimensões inter-relacionadas: a pessoa, os processos, o contexto e o tempo (Bronfenbrenner e Morris, 1998).

Neste trabalho, as pessoas são: as crianças e adolescentes vítimas que precisam ser protegidos e os abusadores, os familiares, os profissionais e demais implicados dos vários sistemas ecológicos. Os processos referem-se aos motores do desenvolvimento humano, os vínculos entre os contextos e as pessoas, os processos de interações, suas atividades diárias e papéis experimentados. O tempo refere-se não só aos intervalos de tempo no cotidiano das pessoas, mas às histórias de vida, experiências passadas e projeções futuras, bem como o momento histórico pesquisado. O contexto, compreende a variedade de espaços proximais e distais, desde a família, escola, vizinhança até segmentos sociais mais distantes. Estes ambientes são concebidos por Bronfenbrenner (1979;1996) da seguinte forma: microssistema (sistemas próximos, de relações face a face), mesossistema (inter-relações entre os microssistemas), exossistema (sistemas distais que têm influência indireta sobre a pessoa) e macrosistema (sistema mais distante e que engloba todos os outros). A família e a escola são exemplos de microssistemas. O mesossistema refere-se às relações família-escola, por exemplo. O exossistema pode ser exemplificado pela família extensa, as condições e as experiências de trabalho dos adultos da família, as amizades dos pais e a vizinhança. E por último, o macrosistema inclui os valores culturais, as crenças, as situações e acontecimentos históricos que definem a comunidade onde os outros três sistemas estão inseridos e que podem afetá-los, por exemplo: estereótipos e preconceitos de determinadas sociedades, períodos de grave situação econômica dos países, a globalização.

Neste panorama, a denúncia ou notificação de uma situação de abuso sexual é uma medida que envolve todos os sistemas ecológicos e visa a proteger a criança e o adolescente vitimizada. Para tanto, exige ações e intervenções interdisciplinares eficazes pautadas por comunicação e colaboração mesossistêmica entre um conjunto de segmentos que compõe a rede de apoio social de crianças, adolescentes e famílias. Entretanto, há que se considerar uma etapa prioritária neste processo que envolve a participação de pessoas-chave, que devem estar preparadas para identificar, reconhecer e compreender os indícios da existência de uma situação abusiva de natureza sexual. Isso pressupõe um conhecimento

específico que raramente é abordado nos cursos de graduação das diferentes áreas das ciências humanas e sociais nas Universidades (Almeida, 1998) e tampouco integra a formação de professores nos cursos de magistério.

No campo legal, a legislação não deixa dúvidas quanto à prioridade de proteção à infância e à juventude. Segundo disposto na Constituição Federal de 1988, Artigo 227 caput e Artigo 227 § 4º:

Artigo 227 CF: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Artigo 227, § 4º CF: A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. (Senado Federal, 2006, p. 98)

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Assembleia Legislativa, 2011) no artigo 5º determina: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais" (Assembleia Legislativa, 2011, p. 7). Para os casos de transgressão, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Assembleia Legislativa, 2011) é explícito em legislar a obrigatoriedade de notificação dos casos, independentemente de certeza ou confirmação dos fatos. Assim sendo, a "mera" suspeita de violência contra uma criança ou adolescente deve ser anunciada, conforme dispõe o artigo 13: "Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais" (Assembleia Legislativa, 2011, p.9). Algumas categorias de profissionais devem estar especialmente preparados para estas funções, pois além de seus papéis sociais lhes colocarem frente a frente com estas ocorrências, a legislação os obriga a efetuar a denúncia sob risco de punição administrativa se não o fizerem. Conforme o Artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Assembleia Legislativa, 2011), estarão sujeitos a multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários de referência, os médicos, professores ou responsáveis por estabelecimento de atenção à saúde e educação, que deixarem de comunicar aos órgãos competentes os casos de abuso e maus tratos contra crianças e adolescentes.

Infelizmente, apesar da lei ser um aspecto macrossistêmico bem claro, existem muitos obstáculos à sua efetiva aplicação, a saber: pouco conhecimento do assunto por parte dos trabalhadores sociais, a baixa prioridade no atendimento institucional em rede às vítimas, abusadores e familiares; a convivência ou o silêncio das famílias que vivem situações abusivas e as dificuldades da criança ou adolescente em compreender e relatar a situação.

Neste contexto, a escola é um microssistema a ser compreendido como um espaço de proteção de crianças e adolescentes. Por ser inegavelmente uma organização política e social, não deveria responsabilizar-se apenas por difusão cultural e de conhecimentos, mas também por oportunizar a transformação das estruturas sociais. Portanto, é preciso chamar a atenção dos trabalhadores da educação para a seriedade das situações de violência que podem ocorrer na comunidade escolar.

Para tanto, estes profissionais necessitam preparo para enfrentar as disfunções nas relações proximais de poder e de confiança que se expressam em casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Camargo e Libório (2005) afirmam que é preciso entender como esta modalidade de violência é tratada no ambiente escolar para buscar alternativas de mudanças. Acrescentam que diante da gravidade da violência sexual e suas consequências para a vida da criança e do adolescente, a escola deve ter como objetivo garantir o bem estar e a saúde de sua clientela, além de promover o exercício da cidadania.

Uma pesquisa desenvolvida por Ristum e Bastos (2001) investigou o universo de quatro escolas de primeiro grau, do ensino fundamental, com o intuito de descrever e contextualizar as concepções de violência de 47 educadores. Os resultados demonstraram que a modalidade de violência familiar mais citada por 59,5% dos pesquisados, foi a violência de pais para filhos. O abuso sexual foi apontado por quase 50% das professoras:

A maior parte dos relatos fez uso de expressões como violência sexual, estupro, abuso sexual e se referiu a abusos de crianças e adolescentes praticados por pais ou padrastos, "tarados" ou "maníacos sexuais" que abusam de mulheres e, ainda, delinquentes que ao praticar assaltos ou latrocínios, praticam, também, o abuso sexual (Ristum e Bastos, 2001, p. 234).

As autoras destacam que esta forma de violência foi considerada pelas professoras como a mais grave, depois da agressão física, posto que: "é muito chocante", "abala psicologicamente o ser humano", "deixa marcas para o resto da vida" "principalmente se for com criança que é inocente, abala" (Ristum e Bastos, 2001, p. 234).

Embora nas famílias abusivas, o pacto de silêncio consista em "um acordo" entre abusador e a vítima (Furniss, 1993), isso pode ser "quebrado" ou rompido na escola, seja através de sinais típicos, ou pela confiança do aluno no professor. Tais situações exigem uma atitude profissional do educador ou dos educadores. Assim, "a escola mostra-se como um lugar ideal para a detecção e intervenção em casos de abuso sexual infantil, uma vez que o principal agressor geralmente encontra-se na família" (Brino e Willians, 2003, p. 1). Brino e Willians (2003) pesquisaram o universo dos professores de escolas municipais e de educação infantil – Emeis – de uma cidade de porte médio do Estado de São Paulo, abordando: informações sobre o ECA com foco na violência doméstica contra crianças; os sintomas apresentados pelas vítimas; e, os procedimentos e ações a serem adotados perante casos de violência sexual. Segundo a pesquisa, apenas 15% dos profissionais participantes demonstraram ter informações sobre abuso sexual contidas no Estatuto, o que evidencia um importante grau de desconhecimento dos aspectos legais. Um número relevante de professoras,

cerca de 65%, já haviam se defrontado com vítimas de violência sexual em suas classes, o que reforça a necessidade de atenção para incidência destes casos no ambiente escolar. Quanto às afirmações sobre os procedimentos que adotariam diante dos casos de abuso sexual infantil, foi observado que um número reduzido, 21%, tomaria como medida a denúncia. Para as autoras:

O não envolvimento de denúncia nas respostas das demais participantes pode estar relacionado a três hipóteses: a. desconhecimento do ECA, que não só coloca a denúncia como obrigatória, como também prevê pena ao professor que se omite da denúncia; b. medo de represálias dos pais ou responsáveis pela criança; c. crenças inadequadas sobre o papel do professor, relativas ao envolvimento em problemas familiares dos alunos (Brino e Willians, 2003, p.6).

Quando questionadas sobre o dever do professor ao se deparar com um caso de abuso sexual em sua classe, 60% informaram que seu dever era denunciar, no entanto somente 21% afirmaram que denunciariam, o que demonstra um verdadeiro descompasso entre teoria e prática. Segundo as autoras, existe uma grande distância entre o "falar" e o "fazer". Constatase, assim, a importância de estudos que busquem alternativas eficazes para que a denúncia seja devidamente realizada e encaminhada em casos de detecção do fenômeno no ambiente escolar.

Assim, o professor possui um papel de grande importância diante de suspeitas de casos de abuso sexual no contexto escolar. Portanto, discorrer sobre o papel do professor no cotidiano escolar não é tarefa fácil. Este precisa estar voltado aos aspectos relativos à aprendizagem dos conteúdos formais, mas também, cabe ao professor observar e procurar conhecer seus educandos e a realidade vivida por eles (Craidy e Kaercher, 2001). É muito importante também que o professor esteja atento às condições familiares, perceber mudanças súbitas de comportamento e reações de seus educandos, pois estes podem ser importantes indicadores de que algo está errado.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Assembleia Legislativa, 2011) o professor deve propiciar o desenvolvimento de atitudes, hábitos e habilidades favoráveis à saúde física e mental dos seus alunos e encaminhar para o Conselho Tutelar as suspeitas de vítimas de violência. Portanto, é responsabilidade do professor, averiguar situações de maus tratos que possam encobrir outros tipos de violência. Identificar os casos de violência contra a criança e o adolescente "é obrigação dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes e, em especial, do professor" (Abrapia, 1997, p. 6).

Entretanto, poucas pesquisas reforçam a figura do professor como aquele que interfere nos casos de violência contra a criança. Um dos poucos trabalhos nacionais nesta temática e já referido neste texto foi realizado pelas professoras Brino e Willians (2003). Segundo as autoras, em 44 % dos casos de abuso sexual o professor era a primeira pessoa a tomar ciência das condições de abuso sexual. Em 52% dos casos, era o professor, o primeiro adulto em quem a criança confiava. Isso demonstra a importância de estudos que demonstrem que o papel do professor é fundamental no

processo de denúncia de ocorrências de abuso sexual. É ele (a) que pode romper com o círculo de silêncio familiar. Ainda segundo as mesmas autoras, os educadores podem ser importantes agentes de prevenção, tendo em vista a proximidade com a criança durante todo o ano letivo (Brino e Willians, 2008) e sendo potenciais agentes multiplicadores, nos próximos anos letivos.

Camargo e Libório (2005) sugerem alguns passos que o professor deveria seguir diante de suspeita de abuso sexual na escola:

comunicar o fato à direção, que encaminhará um ofício ao Conselho Tutelar da Região ou, na falta deste, ao Conselho Tutelar que abranja a área domiciliar da criança ou adolescente. Em situações mais graves, a escola encaminhará a criança ao Hospital ou Posto de Saúde, e poderá solicitar orientação aos Centros de Defesa ou Programas SOS-Criança (Camargo e Libório, 2005, p.21).

Porém, o mais importante é que o professor não se sinta só, que ele tenha o apoio da escola que fará uma denúncia institucional e não pessoal, para evitar os riscos de retaliação por parte dos agressores.

De qualquer forma, é preciso buscar metodologias que sensibilizem os professores e os habilitem para intervir em casos de suspeita ou constatação de abuso sexual. No contexto educacional brasileiro a aplicação de programas de intervenção com foco nesta problemática não é comum. As poucas que ocorrem são realizadas sem o acompanhamento e capacitação dos profissionais para seu uso e avaliação. É o caso da Cartilha Brasil que apresenta apenas os métodos de identificação dos sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (Brino e Willians, 2008) sem maiores detalhes sobre "o que fazer" a posteriori.

A seguir este artigo apresentará as duas etapas deste trabalho: 1. a pesquisa que visou a realizar o diagnóstico da situação escolar quanto aos casos de abuso sexual, e 2. O desenvolvimento do programa de atendimento com os professores teve por objetivos: suscitar reflexões mais sensíveis ao tema, analisar e intervir nas práticas educativas escolares que ocorrem diante de situações de abuso sexual contra os alunos e propiciar uma ação protetiva da escola. As duas fases foram elaboradas e executadas numa cidade do extremo sul do Brasil. O foco da proposta foi ressaltar a obrigação ético-moral de proteção à criança e ao adolescente na figura e no papel do professor. A fase de pesquisa foi realizada por meio de observações do ambiente escolar e entrevistas com professores. No que se refere ao trabalho de intervenção, o mesmo foi desenvolvido a partir de encontros sistemáticos e planejados com um grupo de docentes. Considerando os resultados da fase diagnóstica, o Programa almejou delimitar as funções do professor diante destes casos, além de promover o diálogo interinstitucional em rede.

### **Procedimentos metodológicos**

A pesquisa e a intervenção foram realizadas numa escola pública localizada em um bairro da periferia da cidade do Rio Grande/RS. O bairro caracteriza-se por cenários de pobreza, residências humildes, ruas sem calçamento, "valetões" a céu aberto, lixo, animais soltos na rua e falta de saneamento básico. A escola pesquisada foi inaugurada em 1985 quando

atendia as séries iniciais do ensino fundamental e aos poucos foi crescendo. Atualmente, atende todo o ensino fundamental. Participaram desta pesquisa: 7 professores(as) dos primeiros e segundos anos do ensino fundamental, a equipe de pesquisadores, composta por 14 acadêmicos de diferentes cursos de graduação da Universidade Federal do Rio Grande e uma mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental supervisionada por sua orientadora.

A primeira fase (pesquisa) compreendeu a seguinte organização: a) entrevistas na modalidade reflexiva com 4 professores que se dispuseram a participar neste primeiro momento; b) o grupo focal com os professores participantes e c) a aplicação de um jogo de sentenças incompletas construído com base no modelo utilizado por outros autores (Raffaelli e cols., 1997, 2000; Yunes e cols., 1997; De Antoni, Yunes, Habigzang, e Koller, 2006). As entrevistas reflexivas pressupõem dois contatos com o entrevistado e têm por objetivos aprofundar a relação entrevistador-intervistado e propiciar um momento de interação do entrevistado com uma pré-análise dos dados propriamente dita. Tal interação ocorre no segundo contato, ocasião em que o entrevistador apresenta a pré-análise da primeira entrevista e o entrevistado pode modificar, sugerir ou ampliar as categorias apresentadas (Szymanski, 2001).

A segunda fase foi a aplicação do programa propriamente dito. Deve-se ressaltar que todos os funcionários da escola – diretora, vice-diretoras, professores, orientadora, secretária, funcionários da cozinha e da limpeza - foram convidados a participarem dos encontros. Destacamos que além das 4 professoras que participaram da primeira fase mais 3 professoras também quiseram participar da segunda fase, somando um total de 7 participantes. A análise das falas dos profissionais participantes da primeira fase fez com que fosse elaborado o Programa de Intervenção. Os temas foram organizados em forma de módulos para serem trabalhados com os professores na seguinte ordem: Módulo 1 - Abuso Sexual: definições, sinais e vitimização da criança/adolescente; Módulo 2 - Família e violência: fatores determinantes; Módulo 3 - Aspectos legais que envolvem o abuso sexual; Módulo 4 - Denúncia e Responsabilidade do educador; Módulo 5 - Estudos de caso: neste módulo foram apresentados casos práticos aos professores visando observar quais serão seus encaminhamentos, todos os encontros tinham duração de uma hora e meia. Foi elaborada uma apostila que foi entregue para cada participante, com textos que continham os assuntos abordados e discutidos em cada módulo, com as devidas referências. Os encontros foram executados no espaço da biblioteca da escola.

### **Resultados da pesquisa**

Os resultados da primeira fase denotaram uma falta de conhecimento acerca do tema e principalmente dúvidas em relação as formas de agir diante de uma situação de violência sexual. Somados a um desconhecimento acerca dos aspectos legais e de proteção nestes casos. Mas, o que mais nos chamou atenção foi a dificuldade dos profissionais se sentirem responsáveis para agirem diante de uma situação de violência.

Os participantes da pesquisa, sejam as 7 professoras atuam somente na escola pesquisada. Eram todas do sexo feminino e tinham em média 28,5 anos de idade. Nenhuma é moradora do bairro – duas moram no centro da



cidade, e as demais em bairros periféricos. Quanto ao tempo de magistério, 5 das professoras têm mais de 3 anos de docência, 1 delas tem 1 ano e 6 meses e outra tem 2 anos. Sobre o tempo de atuação na escola, 6 professoras têm menos de 3 anos na escola e 1 trabalha há 8 anos na escola. No que se refere à formação acadêmica, 4 das professoras participantes possuem pós-graduação em Psicopedagogia, uma tem formação no magistério e 2 possuem formação em Pedagogia Anos Iniciais. Todas atuam nos primeiros anos do Ensino Fundamental. A escolha pelas primeiras séries do ensino fundamental justifica-se pela necessidade de intervenção para os casos de abuso o mais cedo possível (Fagot et al., 1989. Brino e Willians, 2008).

Durante a aplicação do programa percebeu-se que seria imprescindível aliar forças dos integrantes do ambiente escolar àqueles que iriam ou irão efetivamente receber as denúncias. Portanto, surgiu a necessidade de arrematar este programa com pelo menos uma reunião esclarecedora dos educadores participantes com os representantes dos Conselhos Tutelares, do Serviço Sentinela, atualmente Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e com o Promotor da Infância e da Juventude na intenção de que uma denúncia protetiva pudesse ser efetuada quando fosse o caso.

Este foi um momento muito importante do programa, pois não se sabia a dimensão e o entendimento dos membros da rede sobre o trabalho de intervenção que estava sendo desenvolvido naquela escola. O encontro foi feito em uma sala na Universidade, onde o programa foi apresentado a todos. Após este primeiro momento foi aberto um espaço para debate e sugestões. A iniciativa foi elogiada por todos os representantes dos respectivos segmentos sociais, que, desde aquele momento, colocaram-se a disposição para contribuir. Assim, percebeu-se que se estava no caminho certo e a iniciativa foi bem recebida por todos os setores da rede de atendimento.

Já nas primeiras análises ficou evidente nas falas das participantes o distanciamento entre a vida cotidiana das professoras e a realidade dos seus alunos. Frases como: "É normal para eles aqui..."; "Aqui todos moram e dormem juntos"; "a maioria deles dorme no mesmo quarto dos pais, alguns na mesma cama, outros dormem na cama com irmão ou irmã mais velho ou mais novo, tudo assim". Tais comentários, em vários momentos generalizam e naturalizam situações que para as docentes, é parte do cotidiano dos discentes, mas elas estão distantes "disso" tudo e não se sentem parte daquele contexto. Ficou clara a falta de pertencimento das docentes na relação com seu ambiente de trabalho, já que sempre faziam referência "aquele local" como se elas também fizessem parte dele, o que pode corroborar com a inércia diante de situações de violência que passam a ser consideradas como "normais" dentro daquele contexto, demonstrando a necessidade de se rever estas percepções estereotipadas do ambiente familiar dos educandos.

Na aplicação do primeiro módulo foram trabalhados os seguintes tópicos: definições, sinais e vitimização da criança e/ou adolescente. As participantes demonstraram grande interesse pelos temas, referindo-se às situações apresentadas com certa surpresa ou terror: "Ah!" "Que horror";

Minha nossa”, “Coitada” o que demonstra um sentimento de pavor e pena em relação a criança e/ou adolescente vitimizado (Camargo e Libório; 2005; Pietro e Yunes 2007).

No decorrer dos encontros, pelo menos, uma em cada duas professoras relatou em sua experiência, situações de abuso vivenciadas por seus alunos e que emergem no contexto escolar. Cabe destacar que esta percepção só foi confirmada com o início do programa, pois durante os primeiros contatos todas negavam a ocorrência de casos no ambiente da escola. Mais uma vez confirma-se o desconhecimento das docentes acerca do tema. Dois relatos chamaram atenção: “... aqui tem vários casos (...) numa entrevista a mãe contou pra mim e pediu para não contar a ninguém, por que nem o pai da criança sabia... ele (a criança) tinha sido abusado (...) e que ela já tinha conversado com ele e que não ia mais falar nisso e que já tinha inventado uma mentira pro pai, pra ele nunca desconfiar do que tinha acontecido ao filho”. Este relato demonstra que muitas vezes as mães preferem fingir que nada aconteceu, mantendo o caso secretamente, seja por medo da exposição da criança, vergonha, imaturidade, dependência emocional e/ou financeira, ou por um funcionamento familiar de pouca comunicação. (Furniss, 1993; Santos, 1998; Faleiros, 2005; Narvaz, 2004; Sattler, 1994). Outra professora falou do caso de uma aluna “... eu tenho uma aluna que é a vó que cria, que traz pra escola, o pai abuso da menina, ele ta preso...”. Neste caso houve a revelação, a punição do abusador e a proteção da criança vitimizada que passou a morar com a avó materna.

No módulo 2 foi trabalhada a família abusiva e suas características. Isso suscitou uma reflexão acerca do papel da família e da presença de indícios que, ao serem observados devem ser investigados. As professoras participantes revelaram que mantêm uma visão idealizada de família como: base de amor, união incondicional, segurança e apoio. Suas visões reforçam o papel protetor dos pais e reconhecem que a criança maltratada tem medo, vergonha e sofre de muita dor física e psíquica. Apenas uma professora aponta o abuso como fenômeno transgeracional. A maioria acha que a questão financeira é responsável por conflitos, que “complica” e “desestrutura”. Isso vai ao encontro de interpretações que “patologizam” a condição de pobreza (Yunes, 2001; 2003). As professoras referem que famílias dialógicas e comprometidas com o cuidado das crianças não fazem parte da vida de seus alunos. Poder-se-ia dizer que esta percepção sugere uma visão pessimista e preconceituosa acerca da condição das famílias pobres, que na maioria das vezes compõe o cenário de trabalho dos professores da escola pesquisada.

Na aplicação do módulo 3, foram trabalhados os aspectos legais que envolvem o abuso sexual. Partiu-se da afirmação: “Abuso Sexual é um crime contra a criança/adolescente”. E, realizou-se um breve histórico sobre as primeiras leis que buscaram proteger a criança/adolescente, no Brasil. Em termos gerais foi citado o Decreto n. 17.943-A que vigorou como Código de Menores até o advento da Lei 6.697/79 que instituiu o Código de Menores, legislação esta baseada em princípios humanísticos. A concepção da criança e do adolescente como sujeito de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento foi introduzida na cultura jurídica brasileira com a Constituição Federal de 1988 com o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (Lei 8069/90) e com a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Estas leis possibilitaram que a sociedade brasileira assegurasse a primazia dos interesses da criança e do adolescente, garantindo o direito à proteção integral. O Estatuto da Criança e do Adolescente foi trabalhado e exposto em detalhes, principalmente o Artigo 227 da Constituição Federal e o Artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Destacou-se que estes dispositivos refletem o repúdio da sociedade à violência contra a criança/adolescente. Uma das questões suscitadas foi o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, no Brasil, em 1993, que impulsionou a mobilização de relevantes setores da sociedade civil (Organizações não governamentais, Conselhos), judiciário, legislativo, executivo, a mídia e organismos internacionais. Isso resultou numa leva de pesquisas, campanhas, programas de atendimento e estratégias na busca de um plano nacional. Estudou-se ainda o surgimento e os objetivos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Quando questionadas sobre o conhecimento do teor do Estatuto da Criança e do Adolescente uma das professoras falou claramente: "só pro concurso" o que foi reafirmado pelas demais, demonstrando o desconhecimento do assunto e até uma certa displicência sobre os aspectos legais que envolvem esta modalidade de violência (Brino e Willians, 2003).

No decorrer do módulo 4 foram discutidas a denúncia e a responsabilidade do educador com foco na denúncia protetiva que tivesse como fim a proteção da criança e/ou adolescente vitimizada. O que chamou a atenção foi que durante a etapa diagnóstica deste projeto, as professoras apresentaram falas que relacionavam a ocorrência do abuso às camadas mais pobres, sob a alegação de que a pobreza seria um aspecto facilitador desta situação. A partir das discussões, as mesmas professoras concluíram neste Módulo, que o Abuso Sexual é um fenômeno que abarca todas as classes sociais. Foi unânime a opinião de que nas classes menos favorecidas existem mais denúncias, pois nas classes altas estes casos são resolvidos em outros espaços, inclusive em consultórios médicos, e não transitam entre diferentes contextos. A esta altura do programa, as professoras demonstraram grande ansiedade para discutir o seu próprio papel: "E o papel do professor aí, ele denuncia e aí?"; "Significa que como nós estamos vendo, que seria nosso dever? E aí? Aí eu denuncio e depois?". Observou-se o receio sobre as conseqüências do ato de denunciar os casos e que permeiam estas situações. As profissionais demonstraram medo de serem obrigadas a testemunhar, caso seja feita a denúncia. Estas angústias foram explicitadas e dialogadas, e foi trazida a possibilidade da denúncia ser anônima ou institucional. Reafirmou-se mais uma vez a obrigação legal do profissional em denunciar (Artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente).

As educadoras revelaram que concordam e reconhecem a importância do professor acompanhar os processos. Uma das professoras pergunta: "É isso que a gente quer saber, a gente denuncia, tá, aí vai pro Sentinela para ser atendido, tá, aí tem processo... e a criança tá ali na sala de aula, né, vai continuar". A partir deste questionamento foram dadas informações acerca do trabalho do CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social, antigo "Sentinela". Faz parte da área de Assistência Social e pode ter abrangência regional. No município atende todas as formas de violência

contra a criança, o adolescente, o idoso e as mulheres, bem como o atendimento às medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços. É o segmento que faz contatos com a escola e com o professor, acentuando-se a importância do trabalho em rede. Nesse sentido, uma das questões diagnosticada na primeira etapa desta pesquisa foi a falta de diálogo entre a direção e os professores e o descontentamento que esta situação provoca. Ou seja, a insatisfação com a rede de comunicação interna. Uma das docentes reitera este ponto: "O professor, ele percebe uma reação na criança, ele não tem certeza, mas de qualquer maneira ele passa para a direção e a criança continua na sala de aula e que nós as coisas perdemos, e nós ficamos assim né, sem um respaldo, da escola (...)"

Este fato parece ser consenso entre as docentes que evidenciam a falta de comunicação dentro da própria escola o que se constitui em mais um obstáculo à efetivação da denúncia. Na pesquisa realizada pelas pesquisadoras Brino e Williams (2003) em 44 % dos casos de abuso sexual o professor era a primeira pessoa a tomar ciência do abuso e, em 52% dos casos, era o primeiro adulto em quem a criança confiava. Isso leva a refletir sobre as consequências do papel do professor no desenvolvimento da criança, caso ele desconsidere o relato do aluno (a). Assim, foi concluído este módulo, traçando-se os passos indicados pelas autoras Camargo e Libório (2005):

Comunicar o fato à direção, que encaminhará um ofício ao Conselho Tutelar da Região ou, na falta deste, ao Conselho Tutelar que abranja a área domiciliar da criança ou adolescente. Em situações mais graves, a escola encaminhará a criança ao Hospital ou Posto de Saúde, e poderá solicitar orientação aos Centros de Defesa ou Programas SOS-Criança (Camargo e Libório, 2005, p. 21).

O módulo foi finalizado quando se marcou a importância do professor não se sentir só, de ter o apoio da escola. Foi estimulada uma denúncia institucional e não pessoal, para evitar os riscos de retaliação por parte dos agressores. Pelo número e conteúdo dos questionamentos realizados e respondidos acerca desta temática, pode-se perceber a preocupação e a sensibilidade das professoras sobre a necessidade do professor proteger e sentir-se protegido na hora da denúncia.

No último módulo, os professores tiveram a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos e aplicaram suas reflexões e ideias, a partir da apresentação de casos concretos, atividade que foi realizada em duplas. Após a leitura atenta de cada caso, as docentes teriam que apontar os encaminhamentos necessários. Ficou evidente a preocupação das docentes na aplicação de mecanismos que fossem protetivos à criança e/ou adolescente vitimizados e na sua atuação enquanto protagonista das histórias. O apoio da escola diante de um caso de abuso sexual foi novamente questionado, mostrando que este é um ponto nevrálgico. Segundo uma das participantes:

Eu acho que a escola tá nessa caminhada... Hoje a palavra apoio eu não consegui, agora, eu acho, eu penso, assim... Compartilhar as coisas, essa situação na verdade ela não é uma situação nova pra nós já acontece muitas vezes, muitas vezes, aqui dentro da escola (...)

mas eu acho assim é uma caminhada, né (...). Acho que as coisas estão acontecendo. Eu acho que nós vamos começar a mudar.

Este depoimento demonstrou a esperança da professora reiterando a relevância deste trabalho, que estava sendo visto como uma possibilidade de mudança de conduta dos professores e da postura da escola. O módulo foi finalizado com o agendamento da reunião de avaliação final. Esta reunião teve como objetivo inicial promover uma discussão geral sobre o tema do abuso sexual. Em virtude das dúvidas surgidas durante a aplicação dos Módulos, muitas delas centradas nos procedimentos do Conselho Tutelar e no atendimento do CREAS, convidamos representações destes segmentos para participarem deste último encontro, realizado na escola.

Participaram do encontro: o grupo de professores, a diretora da escola, a Coordenadora do CREAS e uma Conselheira Tutelar. O foco foi a troca de informações e esclarecimentos para oferecer maior segurança e suporte para uma denúncia protetiva por parte dos docentes da escola pesquisada. Após a reunião de avaliação final, as docentes receberam uma ficha para ser preenchida por escrito sobre a sua avaliação individual do programa de intervenção aplicado. A ficha propunha: uma avaliação quantitativa, conforme a tabela abaixo, e outra qualitativa. Os resultados obtidos a partir desta análise justificam a premência de atividades de apoio e intervenção no ambiente escolar.

Conforme se verifica na tabela 1, as docentes consideram de grande importância os temas trabalhados. Todas foram unânimes na atribuição da nota máxima. A aplicabilidade dos assuntos para o educador também teve uma média de 9,85, o que demonstra a necessidade de tais conhecimentos para o educador. Outro ponto que chamou a atenção foi a motivação antes do programa, que era de 8,33 e passou para 9,5. Este aumento consolida a realização da proposta. Ademais, houve um aumento na percepção de seus conhecimentos sobre o tema, que era de 5,83 e passou a ser 8,5 após a aplicação do programa. Estes dados sem dúvida, justificam a elaboração e aplicação de programas nesta direção. Deve-se ressaltar que esta avaliação teve por base as percepções dos professores acerca de suas experiências durante a realização do Programa. Seus conhecimentos sobre o tema propriamente ditos não foram aferidos.

Solicitamos que as docentes citassem o módulo que mais chamou sua atenção. Uma delas citou todos os módulos: "Na verdade foram todos, pois não tinha grandes conhecimentos sobre o assunto", Outra afirmou: "Todos foram muito interessantes, mas os módulos sobre a família e a conversa com o Sentinela e o Conselho". A maioria, porém, citou o módulo cinco, o que trabalhou com os estudos de caso: "O último, porque foi o mais prático"; "O módulo de observação de casos verídicos, pois não tive contato com problemas tão graves"; "Último"; "Casos. Porque podemos discutir com fatos", "Mais atenção foram os casos ocorridos porque foram reais". Isso levou a repensar a ordem dos módulos, caso este programa seja novamente aplicado em outro contexto, pois quem sabe iniciar e finalizar com estudos de caso seja uma proposta dinâmica e de maior impacto na formação de práticas protetivas.

<b>Assuntos avaliados</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>	<b>Média</b>
1. Importância dos temas abordados	10	10	10	10	10	10	10
2. Aplicabilidade dos assuntos para a função e papel de educador	9	10	10	10	10	10	9,8
3. Compreensão dos assuntos	9	8	10	10	10	10	9,5
4. Palestrantes	9	8	10	10	10	10	9,5
5. Organização dos encontros	9	8	9	10	10	9	9,2
6. Condições do local de realização dos encontros	8	8	9	10	10	10	9,2
7. Sua motivação, antes dos encontros	9	8	10	5	10	8	8,3
8. Sua motivação, após os encontros	9	8	10	10	10	10	9,5
9. Seu conhecimento sobre os temas, antes dos encontros	7	5	8	5	5	5	5,8
10. Seu conhecimento sobre os temas, após os encontros	9	8	10	8	8	8	8,5

Tabela 1. - Avaliação quantitativa do grupo sobre o Programa. Obs.: Foi solicitado que as docentes atribuísem notas de 0 a 10.

Foi solicitado ainda, que as docentes relatassem a relevância dos assuntos tratados e elas assim responderam: "É de muito uso para a realidade em que trabalhamos e para a profissão que exercemos"; "Muito importantes para a realidade da comunidade escolar"; "Foi muito relevante, principalmente pela importância de nossa função como educadores, visto que, lidamos diariamente com tantas crianças diferentes e temos um papel em muitos momentos decisivos para a criança"; "Muito importante, já que tratamos com crianças de diversas realidades e não sabemos como agir em casos extremos"; "Os assuntos são muito relevantes, devido à realidade da comunidade"; "Muito relevantes, pois nos mostrou uma realidade pouco conhecida". Todas consideraram o tema muito importante e reconheceram o seu papel de educadoras e cuidadoras.

Algumas professoras escreveram comentários sobre o programa: "Foi muito bom esse trabalho realizado. Dou a sugestão de realizar em outras escolas também"; "Que o curso poderia ter sido mais longo, minha sugestão é que possa acontecer em diferentes locais, em outras escolas". "Continuar os encontros, se possível no próximo ano letivo".

Para encerrar o programa, solicitamos que as docentes deixassem um depoimento pessoal. Seguem alguns exemplos de suas expressões: "Cada vez mais tenho claro a importância do papel do educador, das suas atitudes diante das situações vividas pelos alunos e da confiança depositada pelos mesmos nos educadores"; "Achei os encontros esclarecedores e vi a importância do professor p/ detectar abusos e violência contra as crianças"; "A relevância dos encontros foi muito positiva, me enriqueceu em conhecimentos práticos, teóricos e pessoais. Certamente olharei com muito cuidado e sensibilidade para cada criança e adolescente, (ainda mais). Obrigada!"; "Muitas vezes sai mal dos encontros. Mas acho que valeu a pena, pois estou mais atenta com relação aos meus alunos"; "Gostei muito dos temas abordados, mas deveria ter mais casos para analisarmos"; "Agradeço a oportunidade que me foi oferecida". Estas palavras deixaram a

equipe condutora e executora com um sentimento de "missão cumprida", pois se pode perceber que o Programa Psicoeducacional teve o sentido almejado.

### **Discussão dos resultados da pesquisa**

Construir uma política institucional para lidar com situações caracterizadas como abuso sexual nas escolas não parece ocupar lugar de destaque nas discussões internas ou nas secretarias de ensino. Poucos gestores públicos reconhecem que as escolas são importantes nichos ecológicos de prevenção contra esta forma de violência. Para tanto, os educadores, - e isso inclui todos os trabalhadores da escola, - devem compreender as leis, os recursos da rede de apoio, os sinais emitidos pelas crianças, as peculiaridades das famílias e as principais questões do desenvolvimento humano.

A pesquisa e a subsequente intervenção desenvolveram-se em uma escola da periferia da cidade de Rio Grande, onde a vulnerabilidade da comunidade era notável, pois diferentes tipos de brutalidades assolavam o bairro. Angustiadadas por observar crianças e adolescentes nas esquinas e ao assistirmos noticiários envolvendo aquela comunidade, o grupo de pesquisa sentiu-se socialmente responsável por uma ação conjunta com a comunidade.

Sendo a escola um espaço de proteção, esta deveria estar aliada a preservação dos direitos infantis. Assim, deu-se a inserção da equipe no ambiente escolar e o desenvolvimento do Programa Psicoeducacional com os educadores, por acreditarmos que para atingirmos o todo tínhamos que começar pelos membros proximais e que faziam parte da vida das crianças, adolescentes e famílias daquela comunidade, neste caso, os educadores.

O trabalho foi desenvolvido com os educadores através de uma escuta atenta, do diálogo firmado por uma relação respeitosa, onde os profissionais puderam compartilhar relatos de suas experiências e confrontarem suas dúvidas, tendo a oportunidade de dar sugestões sobre o programa de intervenção. Sendo assim, os profissionais perceberam que a preservação dos direitos humanos infantis deve ser respeitada, para a integridade e pleno desenvolvimento de todos e todas. Dessa forma, percebeu-se a necessidade da fase diagnóstica, pois, conhecer a cultura da escola, identificar dificuldades, impasses relações de poder é acima de tudo, respeitar as especificidades e peculiaridades existentes no ambiente escolar.

Dentre os relatos dos educadores, as crianças e adolescentes do bairro são vítimas de abuso sexual, negligência, dentre outras modalidades de violências. Infelizmente, essas brutalidades muitas vezes passavam despercebidas pelo corpo docente da escola. Resulta que com a Intervenção os educadores puderam (re) pensar suas ações coletivamente e juntos, mobilizar ações visando o desenvolvimento integral dos educandos e de suas famílias. Sendo assim, a organização dos módulos através da escuta e diálogo reflexivo com os profissionais foi conseqüência e reflexo do diagnóstico, que reforçou a necessidade de conhecer o ambiente pesquisado antes mesmo de pensar em ações. Então, o programa de intervenção deve ser adaptado e consoante com as singularidades de cada contexto.

### **Conclusões**

A escola, como ambiente dinâmico e em constante transformação requer olhares cautelosos e não dar lugar para o despreparo e a escassez de informações dos educadores. O desconhecimento acerca do tema abuso e violência sexual eram evidentes no início dos módulos, e os relatos de casos de violência trouxeram a oportunidade de sublinhar a importância da denúncia e da ação protetora e acolhedora nestas situações.

Outro aspecto importante, é que os educadores perceberam que ao fazerem a denúncia não estarão entregando o abusador, mas sim, garantindo proteção integral e os direitos da criança, do adolescente e da família de viver num contexto respeitoso, carinhoso e favorável ao desenvolvimento físico, intelectual e social de todos os componentes. Evidentemente, não chegamos ao fim da intervenção, mas ao início de uma longa caminhada educativa, pois é necessário que estas temáticas, reflexões e discussões tomem corpo e façam parte dos currículos para formar professores e profissionais preparados para atuar contra a violência em múltiplos contextos e principalmente, amenizar o receio de denunciar os casos e suspeitas de violências. Já é tempo de se chegar a uma cultura escolar preparada não apenas para "transmitir ou depositar" conteúdos – como diria Paulo Freire, mas pró-ativa na segurança e proteção de seus estudantes e familiares.

### **Referências bibliográficas**

Abrapia (2003). *Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual infanto-juvenil*. Relatório cumulativo referente há 6 anos. Em: <http://www.abrapia.org.br/antigo/Dados/Graficos/Relatorios%20Site%20Abapia/Relatorio%206%20anos.pdf>. Acesso em: 10/04/2012.

Almeida, E.C. (1998). *Violência Doméstica: um Desafio para a Formação do Pediatra*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Medicina Social. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Senado Federal (2006). *Constituição Federal, Código Penal, Código de Processo Penal*. Porto Alegre: Coleção Constituições Brasileiras, vol. 1.

Assembleia legislativa. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. (2011). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Brino, R.F. e L.C.A. Williams (2003). Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 119, 113-128.

Brino, R.F. e L.C.A. Williams (2008). Professores como agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil. *Educação e Realidade*, 33, 2, 209-230.

Camargo, L.S. e R.M.C. Libório (2005). *A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais de educação do ensino fundamental de Presidente Prudente*. Relatório de Pesquisa não publicado. PIBIC-CNPq.

Craidy, C.M. e G.E.S. Kaercher (2001). *Educação infantil: pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed Editora.

De Antoni, C.; Senado Federal (2006). *Constituição Federal, Código Penal, Código de Processo Penal*. Porto Alegre



De Antoni, C.; Yunes, M.A.M.; Habigzang, L.F. e S.H. Koller (2006). *Intervenção com cuidadores de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual*. Projeto de Pesquisa Não-Publicado. CEP-RUA Novo Hamburgo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Fagot, B.I. Hagan, R., Youngblade, L.M. e L. Potter (1989). A Comparison of the Play Behaviors of Sexually Abused, Physically Abused and Nonabused Preschool Children. *Topics in Early Childhood Especial Education*, 9, 2, 88-100.

Faleiros, V.P. (2005) *Abuso sexual de crianças e adolescentes: trama, drama e trauma*. Em: L.F. Costa e T.M.C. Almeida (Eds.), *Violência no cotidiano: do risco à proteção* (pp. 107-124) Brasília: Universa: Liber Livro.

Furniss, T. (1993). *Abuso Sexual da Criança: Uma abordagem Multidisciplinar, Manejo, Terapia e Intervenção Legal Integrados*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Narvaz, M.G. *Quem são as mães das vítimas de incesto?* Em: [www.ailha.com.br/ceprua](http://www.ailha.com.br/ceprua).

Pietro, A.T. (2007). *A denúncia de abuso sexual no ambiente escolar: o estudo de uma proposta de intervenção para professores do Ensino Fundamental*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS.

Pietro, A. e M.A.M. Yunes (2007). *O ato da denúncia de abuso sexual contra crianças e adolescentes no ambiente escolar*. Em: Leal, M.L., Leal, M.F. e Libório, R.M.C. (Eds.), *Tráfico de Pessoas e Violência Sexual* (pp. 167-190). Brasília: VIOLES/SER/ Universidade de Brasília.

Raffaelli, M.; Koller, S.H.; Reppold, C.; Kuschick, M.; Krum, F. e D.R. Bandeira (1997). *How do Brazilian street youth experience "the street"?* Trabalho apresentado na Urban Childhood Conference, Trondheim, Noruega.

Ristum, M. e A.C.B. Bastos (2001). Violência urbana: uma análise dos conceitos de professores do ensino fundamental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9, 1, 225-239.

Santos, B.C.; José, A.S.; Martins, S. e O. Zanchet (1998). *Maus-tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes: Uma abordagem multidisciplinar*. São Leopoldo: Com-texto.

Sattler, M.K. (1994). *Incesto: o silêncio dos inocentes*. *Anais do I Congresso Brasileiro de Terapia familiar*. São Paulo: Associação Brasileira de Terapia Familiar.

Yunes, M.A.M. (2001). *A questão triplamente controversa da resiliência em famílias de baixa renda*. Tese de doutorado, Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Yunes, M.A.M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: O foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8, 75-84.

Yunes, M.A.M.; Arrieche, M.R.O. e M.F.A. Tavares (1997). Meninos (as) de rua: vida na rua & vida na instituição. *Momento*, 10, 131-142.